

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

124 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 23 a 27/05/2022

1. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO - PREPARAÇÃO	1
2. PACOTE PRIMAVERA SEMESTRE EUROPEU 2022	2
3. EUROJUST NOVAS REGRAS	3
4. LIBERALIZAÇÃO TEMPORÁRIA DO COMÉRCIO COM A UCRÂNIA	3
5. EUROPOL ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO	4
6. REUNIÃO COM A COMISSÃO ITRE	4
7. COMISSÃO EUROPEIA CONGELAMENTO E CONFISCO DE BENS	5
8. COMISSÃO EUROPEIA NOVAS PRIORIDADES SCHENGEN	5
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Eurogrupo	6
Conselho do Espaço Económico Europeu	6
Conselho dos Assuntos Gerais	6
Conselho (Agricultura e Pescas)	6
Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	6
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7

1. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO - PREPARAÇÃO

Terá lugar, a 30 e 31 de maio em Bruxelas, uma [reunião extraordinária do Conselho Europeu](#), com quatro pontos na [agenda](#):

- [Resposta da UE à invasão da Ucrânia pela Rússia;](#)
- [Cooperação da UE em matéria de segurança e defesa;](#)
- [Preços da energia e segurança do aprovisionamento;](#)
- Segurança alimentar.

A este propósito, realizou-se a 25 de maio, na Comissão de Assuntos Europeus, a audição do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, preparatória do Conselho Europeu Extraordinário de 30 e 31 de maio de 2022 (disponível [aqui](#)).

Como demos nota recentemente (cfr. Síntese n.º [122](#), ponto 3), um dos pontos principais em discussão - ainda que não conste da agenda oficial da Cimeira - é a adoção do chamado [sexto pacote de sanções da UE](#) relativamente à Rússia, como consequência da agressão militar contra a Ucrânia. No seu [discurso perante o Plenário do Parlamento Europeu](#), em Estrasburgo, no passado dia 4 de maio, a Presidente da Comissão Europeia anunciou a intenção de apresentar uma proposta para que estas sanções incluam as importações de petróleo.

Porém, esta proposta tem encontrado resistência de alguns Estados-Membros, nomeadamente da [Hungria](#) e da [Eslováquia](#), países sem acesso ao mar e que são fortemente dependentes do petróleo russo. A [Grécia](#) terá também suscitado reservas pelo facto de as sanções afetarem o transporte marítimo de petróleo, setor em que os petroleiros gregos têm particular interesse.

Esta semana, prosseguiram as negociações entre os Estados-Membros, nomeadamente para procurar acomodar as preocupações a Hungria, tendo a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, alertado que [não deveriam ser criadas demasiadas expectativas](#) sobre a possibilidade de se alcançar um acordo no Conselho Europeu de 30 e 31 de maio. No entanto, e nos últimos dias, o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, manifestou o seu [otimismo com a possibilidade de desbloquear este impasse](#) na cimeira, estando agendados vários contactos bilaterais para este efeito nos próximos dias. Está agendada para domingo uma reunião do Comité dos Representantes Permanentes (COREPER) para concluir o **projeto de texto das conclusões** que os líderes da UE irão adotar na sua cimeira de segunda-feira e terça-feira. Além disso, decorrem reuniões a nível de embaixadores - em pequenos grupos - com a Presidência francesa do Conselho. Uma das possibilidades em análise, além da extensão do período de transição para os Estados-Membros mais afetados se adaptarem, poderá ser excecionar das sanções o petróleo transportado por oleoduto e não por via marítima (este representa 90% do total).

Numa nota adicional, e no tocante à guerra e possíveis negociações de paz, é de referir a intervenção do ex-Secretário de Estado americano Henry Kissinger, no Fórum Económico Mundial de Davos (disponível [aqui](#)), que considerou que *"As partes devem ser levadas a conversações de paz nos próximos dois meses. A Ucrânia deveria ter sido uma ponte entre a Europa e a Rússia, mas agora, à medida que as relações são remodeladas, podemos entrar num espaço onde a linha divisória é redesenhada e a Rússia é totalmente isolada. Estamos agora perante uma situação em que a Rússia poderá alienar-se completamente da Europa e procurar uma aliança permanente noutro lugar. Isto pode levar a distâncias diplomáticas semelhantes às da Guerra Fria, o que nos fará recuar décadas. Devemos lutar pela paz a longo prazo"*.

2. PACOTE PRIMAVERA SEMESTRE EUROPEU 2022

A Comissão Europeia adotou esta semana o [pacote da primavera do Semestre Europeu de 2022](#). As [previsões económicas da primavera de 2022](#) apontam para que a economia da UE continue a crescer em 2022 e 2023, embora tendo presente alguns fatores desfavoráveis e exacerbados pela guerra na Ucrânia.

Destacam-se neste pacote as **orientações da política orçamental, sendo que a Comissão considera que estão reunidas as condições para manter a cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento em 2023, e para a desativar a partir de 2024**. Além disso, a política orçamental deve aumentar o investimento público na transição ecológica e digital e na segurança energética, mas também ser prudente em 2023, controlando o crescimento das despesas correntes primárias financiadas a nível nacional, permitindo simultaneamente o funcionamento dos estabilizadores automáticos e prevendo medidas temporárias e específicas para atenuar o impacto da crise energética e prestar assistência humanitária às pessoas que fogem da invasão da Ucrânia pela Rússia. Além disso, os planos orçamentais dos Estados-Membros para o próximo ano devem assentar em trajetórias prudentes de ajustamento a médio prazo que reflitam os desafios da sustentabilidade orçamental associados aos elevados níveis da dívida em relação ao PIB, que aumentaram ainda mais devido à pandemia. Por último, a política orçamental deve estar pronta a ajustar as despesas atuais à evolução da situação.

Importa referir também os **pareceres sobre os projetos de planos orçamentais da Alemanha e Portugal**: a orientação orçamental da [Alemanha e Portugal](#) em 2022 deverá ser favorável. Ambos tencionam continuar a apoiar a recuperação, utilizando o MRR para financiar novos investimentos e preservar o investimento financiado a nível nacional. Prevê-se que Portugal limite, em termos gerais, o crescimento das despesas correntes financiadas a nível nacional em 2022.

Este pacote de primavera refere-se ainda:

- **à Ligação entre o Semestre Europeu, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e a REPowerEU**: deve assegurar uma coordenação eficaz das políticas e dar resposta aos desafios atuais, sendo o MRR o principal instrumento para acelerar a dupla transição ecológica e digital e reforçar a resiliência dos Estados-Membros, nomeadamente através de medidas nacionais e transfronteiriças em consonância com a REPowerEU. As [recomendações específicas por país](#) incluem este ano orientações para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis através de reformas e investimentos, em consonância com as prioridades da REPowerEU e do Pacto Ecológico Europeu;
- **ao Relatório a título do artigo 126.º, n.º3, sobre o cumprimento dos critérios relativos ao défice e à dívida previstos no Tratado**: a Comissão adotou um [relatório nos termos do artigo 126.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia \(TFUE\) relativo a 18 Estados-Membros](#) (Bélgica, Bulgária, Chéquia, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Itália, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Estónia, Áustria, Polónia, Eslovénia, Eslováquia e Finlândia). O objetivo deste relatório é analisar o cumprimento pelos Estados-Membros dos critérios relativos ao défice e à dívida previstos no Tratado.
- **Corrigir os desequilíbrios macroeconómicos**: a Comissão avaliou a existência de desequilíbrios macroeconómicos nos [12 Estados-Membros selecionados para serem objeto de avaliações aprofundadas](#) no Relatório de 2022 sobre o Mecanismo de Alerta;
- **ao Relatório de supervisão reforçada e relatórios de supervisão pós-programa**: foi adotado o décimo quarto [relatório de supervisão reforçada relativo à Grécia](#), bem como relatórios de supervisão pós-programa para a Irlanda, Espanha, Chipre e [Portugal](#), que

concluem que as capacidades de reembolso de cada um destes Estados-Membros continuam a ser sólidas;

- **às orientações para o emprego:** estas [prioridades comuns para as políticas sociais e de emprego nacionais](#) referem que a continuação de reformas e investimentos dos Estados-Membros serão cruciais para a criação de emprego de elevada qualidade, desenvolvimento de competências, modernização das instituições do mercado de trabalho, da educação, e da formação, proteção social e sistemas de saúde. Propõe ainda a Comissão atualizar as orientações para as políticas de emprego, para tornar as transições ecológica e digital socialmente justas;
- **aos progressos realizados na consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável,** [nomeadamente](#) na promoção da paz e da segurança pessoal no território da UE e de melhorar o acesso à justiça e a confiança nas instituições (ODS 16), seguidos dos objetivos de redução da pobreza e da exclusão social (ODS 1), bem como da economia e do mercado de trabalho (ODS 8). Em geral, serão necessários mais esforços para alcançar os objetivos, em especial no domínio do ambiente, como a água potável e o saneamento (ODS 6) e a vida terrestre (ODS 15).

Os relatórios por país e as recomendações por país, incluindo Portugal, podem ser encontradas [aqui](#) e [aqui](#). A seção de [perguntas e respostas](#) complementa esta informação.

3. EUROJUST | NOVAS REGRAS

Temos dado nota em sínteses anteriores da possibilidade de alteração das regras relativas à Eurojust no que se refere à preservação de provas de crimes de guerra. O [Conselho adotou esta semana novas regras que permitem à Eurojust preservar, analisar e armazenar provas de crimes internacionais como crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídios](#).

As [regras propostas](#) permitirão assim à Eurojust **armazenar e preservar provas** relacionadas com crimes de guerra, incluindo imagens de satélite, fotografias, vídeos, gravações áudio, perfis de ADN e impressões digitais; **tratar e analisar essas provas** em estreita cooperação com a Europol e partilhá-las com as autoridades judiciais nacionais e internacionais competentes, nomeadamente com o Tribunal Penal Internacional. Este desenvolvimento é particularmente importante no atual contexto da agressão militar na Ucrânia e a possível investigação de crimes desta natureza nesse conflito (para mais informação de contexto, consultar [aqui](#) e [aqui](#)).

Prevê-se que o texto seja assinado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho no dia 30 de maio e publicado em Jornal Oficial rapidamente para entrar em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

4. LIBERALIZAÇÃO TEMPORÁRIA DO COMÉRCIO COM A UCRÂNIA

Foi adotado pelo Conselho um regulamento que autoriza a [liberalização temporária do comércio e outras concessões comerciais no que diz respeito a determinados produtos ucranianos](#) (Cfr. ponto 9), o que permitirá à UE apoiar significativamente a economia da Ucrânia.

Esta decisão será aplicável por um período de um ano e suspenderá:

- todos os **direitos aduaneiros abrangidos pelo título IV do Acordo de Associação entre a UE e a Ucrânia** que estabelece uma [zona de comércio livre abrangente e aprofundado \(ZCLAA\)](#) que ainda não tinham sido liberalizados. A suspensão aplica-se, nomeadamente, aos produtos industriais sujeitos à eliminação progressiva de direitos até ao final de 2022, às

frutas e produtos hortícolas sujeitos ao regime de preços de entrada, e aos produtos agrícolas e produtos agrícolas transformados sujeitos a contingentes pautais;

- a cobrança de direitos *anti-dumping* sobre as importações originárias da Ucrânia; e
- a aplicação do regime comum aplicável às importações no que respeita às importações originárias da Ucrânia.

Esta decisão encontra-se subordinada à observância dos princípios enunciados no artigo 2.º do Acordo de Associação, relativo ao respeito dos princípios gerais.

5. EUROPOL | ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO

O Conselho adotou um regulamento que [altera o Regulamento da Europol](#), reforçando os seus meios para apoiar os Estados-Membros a combater novas ameaças e novos *modus operandi* (Cfr. [síntese n.º 109](#)).

As alterações dizem respeito aos seguintes domínios: **Investigação e Inovação, Tratamento de grandes conjuntos de dados, Cooperação com intervenientes privados, Cooperação com países terceiros, Cooperação com a Procuradoria Europeia, Indicações do SIS, Iniciativa das investigações.**

O texto deverá ser publicado no Jornal Oficial e entrar em vigor antes do final de junho.

6. REUNIÃO COM A COMISSÃO ITRE¹

Realizou-se, no dia 23 de maio, uma [reunião entre os deputados da Comissão da Indústria, Investigação e Energia \(ITRE\) do Parlamento Europeu e os deputados da Assembleia da República](#), representantes das Comissões de Assuntos Europeus; de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação; de Educação e Ciência; e de Ambiente e Energia, cuja agenda incidiu sobre o intercâmbio de pontos de vista quanto às áreas relacionadas com a política energética e industrial, e as temáticas referentes ao digital, à investigação e à inovação.

Durante as declarações iniciais, os intervenientes sublinharam a **importância de fomentar as relações entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais, promovendo-se a realização regular de encontros e contactos entre os parlamentares**. No período de debate que se seguiu, os oradores aludiram ao papel dos fundos comunitários enquanto resposta à **transição digital e climática**, à Lei das Comunicações Eletrónicas, ao plano de recuperação e resiliência e ao Acordo de Parceria Portugal 2030. Focaram-se, ainda, temas como as **consequências da guerra na Ucrânia na autonomia estratégica e o fornecimento de energia**, a dependência energética, a privatização do setor energético, os recursos energéticos de Portugal e a sua relação com a produção de energias renováveis, bem como a problemática associada ao aumento dos preços da energia. Mencionou-se, também, a Estratégia Industrial e a necessidade de mais recursos humanos nas áreas emergentes, a autonomia industrial da União Europeia e o desenvolvimento de *software* e dos semicondutores, assim como a pertinência de conferir maior financiamento a questões epistemológicas, promovendo o seu debate, os efeitos da guerra nas políticas de emprego e a sua relação com o acolhimento de refugiados ucranianos. Por fim, os parlamentares destacaram o recurso ao «cartão azul» e a criação de Universidades europeias como forma de promover o acolhimento de cientistas e a importância de reforçar a confiança no conhecimento e na Europa.

¹ Ponto elaborado por Liliane Sanches Silva, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus.

7. COMISSÃO EUROPEIA | CONGELAMENTO E CONFISCO DE BENS

A Comissão Europeia propôs acrescentar a infração das medidas restritivas da UE à lista de crimes da UE, assim como [novas regras reforçadas em matéria de recuperação e confisco de bens, que contribuirão igualmente para a aplicação das medidas restritivas](#). Estas propostas visam garantir que os bens de pessoas e entidades que infringem as medidas restritivas possam ser efetivamente confiscados no futuro e inscrevem-se no contexto da [task force Freeze and Seize](#).

A adição da [infração das medidas restritivas à lista de crimes da UE](#) permite estabelecer uma norma de base comum que facilitará a investigação, ação penal e repressão desta infração em todos os Estados-Membros. A Comissão lançou também uma [comunicação](#) relativa a uma futura diretiva relativa a sanções penais neste âmbito.

No caso do reforço das regras da UE em matéria de recuperação e confisco de bens relativamente às medidas restritivas da UE, pretende-se garantir o **alargamento do mandato dos serviços** de recuperação de bens para detetar e identificar rapidamente os ativos de pessoas e entidades sujeitas a medidas restritivas da UE; o **alargamento da possibilidade de confiscar ativos** no que diz respeito a um conjunto mais vasto de crimes, incluindo a infração de medidas restritivas da UE, após alargamento da lista; a **criação de serviços de gestão de ativos** em todos os Estados-Membros da UE para assegurar que os bens congelados não perdem valor.

A Comissão preparou uma seção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema.

8. COMISSÃO EUROPEIA | NOVAS PRIORIDADES SCHENGEN

A Comissão Europeia apresentou ainda esta semana o [Relatório de 2022 sobre o estado de Schengen](#), o primeiro relatório que apresenta após a adoção da Estratégia de Schengen. No âmbito da nova estrutura de governação de Schengen, é o ponto de partida para o novo ciclo anual de monitorização periódica, que visa a identificação de problemas e adoção de medidas adequadas, reforçando a participação de todos os intervenientes na sua monitorização. Estabelece assim uma [lista de ações prioritárias para 2022-2023](#), das quais se destacam:

- implantação de uma nova arquitetura informática e interoperabilidade na gestão das fronteiras; tirar pleno partido dos instrumentos de cooperação transfronteiriça; garantir controlos sistemáticos de todos os viajantes nas fronteiras externas; assegurar que a Frontex executa plenamente o seu mandato; suprimir todos os controlos prolongados nas fronteiras internas; e adotar o Código das Fronteiras Schengen revisto.

Refere ainda a **importância de completar o espaço Schengen**, instando o Conselho a adotar decisões que autorizem a Croácia, Roménia e Bulgária a aderir formalmente (assim como o Chipre, quando concluir o processo de avaliação), bem como do reforço contínuo em termos de regresso e do Sistema de Informação Schengen.

A Comissão está também a consultar as instituições sobre a futura política estratégica plurianual para a [gestão europeia integrada das fronteiras](#), tendo apresentado um [relatório](#) sobre o cumprimento, pelos Estados-Membros, da obrigação de efetuarem controlos sistemáticos nas fronteiras externas da UE.

A seção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível [aqui](#).

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

No seu formato habitual, os ministros debateram a [evolução macroeconómica e orçamental na área do euro, com base nas previsões de primavera da Comissão](#). A Comissão apresentou os seus pareceres relativamente aos [projetos de planos orçamentais](#) atualizados da Alemanha e de Portugal, tendo sido emitida uma [declaração](#) a este respeito. No formato inclusivo, foi debatido o projeto de plano de trabalho para a conclusão da [União Bancária](#).

Conselho do Espaço Económico Europeu

Foi realizado um debate de orientação sobre a redução das [dependências estratégicas nos domínios das matérias-primas e da energia](#), tendo os ministros avaliado ainda o funcionamento global do Acordo EEE.

Conselho dos Assuntos Gerais

Nesta reunião foram discutidas as [conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa e a metodologia a utilizar para o seguimento a dar às propostas apresentadas](#), devendo o Secretariado-Geral do Conselho apresentar um documento sobre as modalidades práticas de transposição das propostas, voltando o Conselho a debruçar-se sobre essa matéria no dia 21 de junho. Teve também lugar uma **audição sobre o Estado de direito na Hungria**, centrada nos temas abordados pelo Parlamento Europeu na sua proposta fundamentada que desencadeou este procedimento, tendo o debate incluído temas como a independência do poder judicial, o funcionamento do sistema constitucional e eleitoral, liberdade de expressão e luta contra a corrupção. Foi ainda preparada a reunião extraordinária do Conselho Europeu de 30 e 31 de maio (que se debruçará sobre os temas Ucrânia, defesa, energia e segurança alimentar), assim como trocados pontos de vista sobre o projeto de ordem do dia do Conselho Europeu de 23 e 24 de junho. Por fim, o Conselho aprovou [conclusões](#) sobre o desenvolvimento da postura da UE no ciberespaço.

Conselho (Agricultura e Pescas)

Na área da agricultura, os ministros foram informados sobre os [canais de solidariedade entre a UE e a Ucrânia](#) que visam facilitar a exportação de produtos agrícolas ucranianos por via terrestre para os mercados europeu e mundial. O estabelecimento de rotas de transporte e cadeias de abastecimento alternativas entre a UE e a Ucrânia permitirá que o país exporte e liberte a capacidade de armazenamento para futuras colheitas, aliviando as pressões do mercado. A Comissão também informou os ministros sobre a **situação dos mercados agrícolas**, tendo presente o impacto da guerra na Ucrânia na disponibilidade dos produtos de base e preços dos produtos alimentares. Os ministros saudaram a intervenção e o plano de ação da Comissão neste âmbito e concordaram que, graças à PAC, a UE é autossuficiente na maioria dos produtos agrícolas de base e que o abastecimento alimentar está garantido. Foi ainda debatida a [gripe aviária](#), os seus surtos na UE nos últimos anos e a necessidade de elaborar estratégias de vacinação para a sua prevenção e controlo, assim como trocadas opiniões sobre a preparação da 12.^a Conferência Ministerial da OMC.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Foram trocados pontos de vista sobre as [consequências económicas e financeiras da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia](#), coordenação das respostas em matéria de política económica e resposta europeia às necessidades financeiras da Ucrânia. Os ministros fizeram o balanço da aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), foi adotada a posição do Conselho sobre a proposta

de alteração do regulamento relativo aos [fundos europeus de investimento a longo prazo \(ELTIF\)](#) - com vista a tornar estes fundos de investimento mais atrativos, integrando esta proposta o pacote da [União dos Mercados de Capitais](#) (UMC) -, assim como foram apresentados pela Comissão as recomendações do seu [Grupo de Sábios](#) sobre os desafios que se colocam à União Aduaneira e o plano REPowerEU. Por fim, foi adotado um regulamento que altera o regulamento da Europol, confiando novas tarefas à agência, assim como um [regulamento que autoriza a liberação temporária do comércio e outras concessões comerciais no que diz respeito a determinados produtos ucranianos](#).

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana a atividade do PE será dedicada às comissões parlamentares e grupos políticos, com destaque para a [reunião da comissão LIBE com a Frontex](#) e a [audição conjunta relativa ao ato delegado da taxonomia](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [1 de junho](#), destacando-se o *Relatório de Convergência 2022*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 30.05: [Reunião extraordinária do Conselho Europeu](#)
- 02.06: [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\)](#); [Conselho de Assuntos Gerais \(Coesão\)](#)
- 03.06: [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\)](#); [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Comércio\)](#)

Bruxelas | 27 de maio de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).